

Apelação Cível n., de Jaraguá do Sul

Relator: Des. Domingos Paludo

APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. AÇÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA. VERBA ALIMENTAR EM FAVOR DA APELANTE DE 7% DOS RENDIMENTOS LÍQUIDOS DO AGRAVADO, PELO PERÍODO DE TRÊS ANOS. APELO DO CÔNJUGE VIRAGO PARA EXCLUSÃO DO TERMO FINAL CERTO AOS ALIMENTOS. RECURSO DO CÔNJUGE VIRAGO PROVIDO.

"Sendo impossível se verificar quanto tempo durará a necessidade da Alimentanda, inoportuno fixar termo final para o cumprimento da obrigação alimentar." (Apelação Cível n. , rel. Des. Victor Ferreira)

RECURSO ADESIVO DO VARÃO NÃO CONHECIDO.  
PERTINÊNCIA TEMÁTICA NÃO VERIFICADA. INTELIGÊNCIA DO ART. 500 DO CPC.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n., da comarca de Jaraguá do Sul (Vara da Família, Infância e Juventude), em que é apelante E. da S. K., e apelado V. L. K.:

A Primeira Câmara de Direito Civil decidiu, por unanimidade, conhecer do recurso de apelação e dar-lhe provimento e, por maioria de votos, não conhecer do recurso adesivo. Vencido neste quesito o Relator, que votou no sentido de conhecer parcialmente do recurso adesivo. Custas legais.

Participaram do julgamento, realizado nesta data, os Exmos. Srs. Des.

Domingos Paludo - Relator, Desembargador Gerson Cherem II e Desembargador Raulino Jacó Brüning.

Florianópolis, 16 de outubro de 2014.

Domingos Paludo

RELATOR

## **RELATÓRIO**

Cuidam-se de apelação e de recurso adesivo interpostos de sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos da Ação de Separação Litigiosa c/c alimentos provisionais ajuizada por E. da S. K. em face de V. L. K.

A Apelante E. da S. K. requer que seja excluída da sentença a fixação de termo final certo à obrigação de prestar alimentos.

O Recorrente V. L. K. requer: a exoneração da obrigação de prestar alimentos à ex-esposa, a exclusão das verbas de caráter indenizatório da base de cálculo de incidência da verba alimentar, a entrega dos seus bens pessoais e profissionais e que a Autora seja condenada ao pagamento de aluguel pelo tempo que permaneceu exclusivamente no imóvel do casal.

O Apelado apresentou contrarrazões às fls. 140/144.

O representante da Procuradoria-Geral de Justiça apresentou parecer às fls. 177-181 em que opinou pelo conhecimento e parcial provimento de ambos os recursos.

O alimentando W. H. K. e o alimentante V. L. K. apresentaram petição às fls. 183/186.

Este é o relatório.

Gabinete Des. Domingos Paludo

### **VOTO**

A) Do recurso adesivo do cônjuge varão

Não conheço do recurso adesivo devido à falta de pertinência temática com o recurso principal, o que viola o artigo 500 do Código de Processo Civil.

B) Do recurso de apelação do cônjuge virago Presentes os pressupostos que regem a admissibilidade, conheço do recurso e passo à análise deste.

Requer que seja excluída da sentença a fixação de termo final certo à obrigação de prestar alimentos à Apelante.

São devidos alimentos quando quem os pretende não pode prover a sua própria subsistência, conforme 1695 do Código Civil:

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.(grifo nosso)

O encargo de prestar alimentos decorre do dever de mútua assistência entre cônjuges previsto no art. 1.566, III, do CC/02. Com o fim do relacionamento esse dever de assistência se prolonga através da obrigação alimentar, como explica Maria Berenice Dias:

A natureza jurídica dos alimentos está ligada à origem da obrigação. [...] O encargo alimentar decorrente do casamento e da união estável tem origem no dever de mútua assistência, que existe durante a convivência e persiste mesmo depois de rompida a união. Cessada a vida em comum, a obrigação de assistência cristaliza-se na modalidade de pensão alimentícia. (DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, 8. ed., p.514) (grifo nosso)

E a fixação de alimentos deve considerar o binômio necessidade/possibilidade, de modo que o valor não extrapole as possibilidades daquele que os presta e nem fique aquém das necessidades daquele que os pleiteia.

Nesse sentido, o art. 1.694, § 1º, do Código Civil:

Art. 1.694. Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação.

§ 1º Os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.(grifo nosso) Colho dos autos que as partes foram casadas por longo período, aproximadamente 20 anos (fl.15), que a Apelada sempre exerceu a função de dona de casa e que, quando se separou, já possuía 44 anos de idade.

Dessa forma, entendo que a Apelada não possui meios de prover o próprio sustento, porque abdicou da carreira profissional e se dedicou ao lar e aos filhos do casal durante o período de duração do matrimônio, o que dificulta o seu ingresso no mercado de trabalho devido à idade avançada e à falta de qualificação profissional.

É entendimento pacífico da jurisprudência do Tribunal de Justiça de Santa Catarina que a ex-esposa tem necessidade de receber alimentos se possui idade avançada e se durante o casamento foi financeiramente dependente do marido dedicando-se somente aos afazeres domésticos e à criação dos filhos durante longo período de tempo, como segue:

AÇÃO DE ALIMENTOS. FIXAÇÃO À EX-ESPOSA. PRETENDIDA EXONERAÇÃO DO ENCARGO. IMPOSSIBILIDADE NA HIPÓTESE. NECESSIDADE DESSA QUE NÃO SE AFASTA. POR OUTRO LADO, POSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE DE ARCAR COM O QUANTUM FIXADO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

Evidente a necessidade da ex-esposa em perceber alimentos quando, ao tempo do casamento, era dependente economicamente do marido, ocupando-se apenas com os afazeres domésticos e dedicando-se à família, durante mais de trinta anos. Com idade avançada e sem qualificação profissional, não resta dúvida quanto à dificuldade em ingressar no mercado de trabalho (Apelação Cível n. 2010.016478-3, de Rio do Sul, rel. Desa. Maria do Rocio Luz Santa Ritta, j. 25-1-2011).(sem grifo no original)

No mesmo sentido:

Havendo comprovação de que a autora dependia financeiramente de seu ex-marido durante a constância do casamento e que, após o rompimento de fato do relacionamento, ainda necessita de amparo material, sobretudo em razão da dificuldade de entrar no mercado de trabalho devido à sua idade e inexperiência profissional, devem ser fixados alimentos em seu favor, em montante a ser estabelecido "na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada" (art. 1694, § 1.º, do Código Civil). (TJSC, Apelação Cível n. 2009.004724-9, de Blumenau, rel. Des. Joel Figueira Júnior, j. 14-06-2011).(sem grifo no original)

E ainda:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS DEVIDOS À EX-ESPOSA. MODIFICAÇÃO PARA PIOR NA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO ALIMENTANTE NÃO COMPROVADA. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A ALIMENTANDA PODE DISPOR DA PENSÃO PERCEBIDA SEM PREJUÍZOS À SUA SUBSISTÊNCIA. PESSOA QUE ABDICOU DA CARREIRA PROFISSIONAL E SE DEDICOU AO LAR E AOS TRÊS FILHOS DO CASAL DURANTE O PERÍODO DE DURAÇÃO DO MATRIMÔNIO, DE APROXIMADAMENTE VINTE ANOS. MANUTENÇÃO DO DEVER DE PRESTAR ALIMENTOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (...) (TJSC, Apelação Cível n. 2010.082525-2, de Lages, rel. Des. Stanley da Silva Braga, j. 07-07-2011).(sem grifo no original)

Colaciona-se também:

APELAÇÃO CÍVEL. FAMÍLIA. AÇÃO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO EM DIVÓRCIO, CUMULADA COM PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS À EX-ESPOSA. IMPROCEDÊNCIA NA ORIGEM. LITIGANTES QUE CONVIVERAM Gabinete Des. Domingos Paludo POR MAIS DE 20 ANOS. ALIMENTANDA QUE JAMAIS SE QUALIFICOU PROFISSIONALMENTE E ATUALMENTE CONTA COM QUASE 50 ANOS DE IDADE. DIFICULDADE DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.

IMPOSSIBILIDADE DO ALIMENTANTE NÃO DEMONSTRADA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. "[...] O cônjuge separado que necessitar de alimentos deve ser amparado pelo outro, que tem obrigação de prestá-los, na medida das necessidades do alimentando e das possibilidades do alimentante.

A pensão alimentícia devida à mulher separada, que dedicou-se exclusivamente ao lar e aos afazeres domésticos por muitos anos, e, portanto, encontra-se completamente excluída do mercado de trabalho, não pode ser fixada por tempo determinado, mormente quando avançada a idade, improvável sua colocação e acometida de doença degenerativa, uma vez que essa necessidade subsistirá até que eventualmente consiga encontrar fonte de renda própria [...] (TJSC, Apelação Cível n. 2012.089225-9, de Itajaí, rel.Des. Jaime Luiz Vicari, j. 25-04-2013). (TJSC, Apelação Cível n. 2013.018011-9, de Xanxerê, rel.Des. Eduardo Mattos Gallo Júnior, j. 10-06-2013).(sem grifo no original)

Portanto, mostra-se clara a necessidade de receber alimentos da Apelada que não pode prover a sua própria subsistência devido à dificuldade de sua inserção no mercado de trabalho face à idade avançada e à falta de qualificação profissional.

No que se refere à possibilidade, observo que o Apelado recebe rendimentos líquidos de aproximadamente R\$9.120,00 mensais (conforme demonstrativo de pagamento à fl.18).

Entendo que, dessa forma, ele pode arcar com o pagamento dos alimentos à Apelante no patamar arbitrado de 7% sem que passe por privações materiais.

Entendo também que não é possível no momento fixar um termo final para a obrigação de prestar alimentos, pois não se sabe se a Apelante vai conseguir obter a sua reinserção no mercado de trabalho com o recebimento de salário suficiente a custear a sua própria subsistência.

Nesse sentido já decidiu esse Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE SEPARAÇÃO C/C GUARDA DE FILHO, ALIMENTOS E PARTILHA DE BENS. IMPUTAÇÃO DE CULPA PELO TÉRMINO DO RELACIONAMENTO. IRRELEVÂNCIA. INSUPORTABILIDADE DA VIDA EM COMUM. (...) OBRIGAÇÃO ALIMENTAR ESTABELECIDÀ SEPARANDA PELO PRAZO DE 24 MESES. IMPOSSIBILIDADE DE SE PRECISAR O MOMENTO EXATO EM QUE A NECESSIDADE CESSARÁ. Sendo impossível se verificar quanto tempo durará a necessidade da Alimentanda, inoportuno fixar termo final para o cumprimento da obrigação alimentar. (...) (TJSC, Apelação Cível n. 2011.004462-8, rel. Des. Victor Ferreira, j. 02-06-2011)(grifonosso)

E do corpo do referido acórdão extraio o seguinte trecho, face à similaridade com o caso em questão:

Sabe-se que os alimentos transitórios são estabelecidos em momentos pontuais. Não me parece razoável, contudo, estabelecer um prazo às necessidades Gabinete Des. Domingos Paludo da Alimentanda, que poderão - ou não - se estender para além da data fixada.

Maria Berenice Dias, discorrendo sobre o assunto, afirma:

A obrigação alimentar persiste enquanto houver necessidade do credor e possibilidade do devedor. No entanto, ao menos com referência aos alimentos devidos a ex-cônjuge ou ex-companheiro, passou a jurisprudência a fixar, de forma absolutamente aleatória, alimentos por prazo determinado. A justificativa é que, tendo o alimentando potencialidade para ingressar no mercado de trabalho, não

precisa mais do que um tempo para começar a prover o próprio sustento. Dita sustentação não dispõe de respaldo legal. O parâmetro para a fixação dos alimentos é a necessidade, e não há como prever, a não ser por mero exercício de futurologia, que alguém, a partir de determinada data, vai conseguir se manter.

Não se pode olvidar a dificuldade de acesso ao competitivo mercado de trabalho, principalmente a quem permaneceu dele afastado por alguns anos.

Essa ainda é a realidade: as mulheres, com o casamento ou ao estabelecerem união estável, de modo geral por exigência do varão, dedicam-se exclusivamente às tarefas domésticas e à criação dos filhos. Não há como fixar um prazo para que consigam sobreviver por conta própria. Às vezes, a fixação do termo final é condicionada à conquista de trabalho. Ainda assim, para o devedor livrar-se do encargo, é mister a busca da via exoneratória, não havendo como deixar a seu bel-prazer estabelecer o fim da obrigação (Manual de direito das famílias. 6. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2010, p. 541)

Não existe parâmetro, repita-se, para se determinar o prazo em que os alimentos serão devidos. Cada caso apontará o tempo necessário para a duração da obrigação.

Impossível se verificar, desde logo, a extensão das necessidades da Autora, quanto tempo irá durar, ou, ainda, se conseguirá se manter em seu emprego.

3.2.3 Desta forma, quanto aos alimentos destinados à Autora, voto por se excluir a limitação temporal (...) Diante disso, dou provimento ao recurso de Apelação para excluir da sentença a fixação de termo final certo à obrigação de prestar alimentos à Apelante.

**Gabinete Des. Domingos Paludo**